

# Liquidando a Educação

**E** stá em greve a rede particular de ensino de Brasília, depois da prisão em flagrante de um dono de escola que cobrava mensalidade superior ao que fora oficialmente estabelecido. Por causa da greve, houve pressões para que o governador do Distrito Federal decretasse uma intervenção imediata nas escolas — o que ele declarou não ter condições de fazer.

Assim desce ladeira abaixo, embrulhado em equívocos, o problema da educação no Brasil. Transformá-lo em caso de polícia é tudo o que faltava para abastardá-lo definitivamente. O clamor público, que poderia exercer alguma função positiva no caso, engana-se de vilão, e ajuda a substituir a moeda boa pela falsa.

Até entidades estudantis, de que não se ouvia falar há muito tempo, despertam de um sono letárgico para bradar contra os “tubarões do ensino”. O rumo escolhido para a campanha, entretanto, é tudo o que poderia desejar essa figura mitológica.

Fixando mensalidades por decreto, e transformando a educação particular em caso de polícia, o que se consegue é expulsar da área os verdadeiros educadores. Para o famigerado *tubarão*, a pressão obtusa não causa a menor moossa: essa figura hipotética, se quiser preservar as suas margens de lucro, tem apenas de demitir profissionais competentes (que merecem salário ao menos razoável) e substituí-los pelos amadores e novatos, que existem em profusão. Outra medida esperta é duplicar ou triplicar o número de alunos por turma: a rentabilidade da escola logo mostrará uma robustez de fazer inveja.

Quem tem tradição e gosto pela pedagogia torce o nariz diante desses procedimentos espúrios, e pensa seriamente em abandonar o ramo. É o que já está acontecendo, tanto mais quanto a classe média brasileira ainda parece incapaz de uma avaliação consistente do problema. Nos Estados Unidos, ou no Japão, uma família é capaz dos maiores sacrifícios para manter os filhos em boas escolas. No Brasil, o objetivo tem sido simplesmente conseguir que a educação não pese no orçamento familiar.

O principal responsável por tudo isso é um ensino público que se tornou a caricatura de si mesmo. O poder público, no Brasil, já teve os seus momentos de fastígio como patrono da educação. O colégio Pedro II foi a lenda dourada desse período: seus professores constituíam uma verdadeira academia, e o acesso às salas de aula era satisfatoriamente democrático.

O que existe hoje é a inversão de qualquer democracia: a rede oficial gratuita que continua em funcionamento é a das universidades federais ou estaduais; mas a elas só têm acesso, basicamente, os filhos de boas famílias, que puderam cursar o primeiro e o segundo graus em escolas

particulares. O ensino básico oficial transformouse em pura ficção.

E é nesse contexto que uma burrice coletiva vai tomando conta do sistema, arrastando-o cada vez mais para baixo. Simplesmente não se quer enxergar que o Estado deixou de cumprir a sua função no que representa o próprio substrato da democracia: educação gratuita, de nível ao menos razoável, oferecida a todas as crianças, para que através deste sistema de ensino comecem a diminuir os gritantes abismos que separam, no Brasil, as classes sociais.

Se não se enxerga o óbvio, menos ainda se entenderá o que é ligeiramente mais sutil: que, a partir de uma rede básica de ensino público, a oferta de ensino particular tem de ser supletiva e diversificada. Fora do ensino público, cada escola é uma escola; cada uma se destina a uma determinada clientela, a um determinado nível de renda ou de exigência intelectual.

Sem essa diversidade, cai-se na uniformização que transformou o Leste europeu em sinônimo de fracasso. O ensino padronizado cabe ao setor público. O ensino particular há de ser tão diversificado quanto a própria sociedade. Uma determinada escola, por exemplo, pode propor-se a oferecer ensino bilíngüe, ou até a ensinar mais de uma língua estrangeira. Uma outra querará oferecer dependências privilegiadas para a educação física; uma terceira poderá ter um caráter confessional, e assim por diante.

Cada uma dessas propostas tem o seu preço, que é impossível delimitar arbitrariamente. O destino de uma escola particular jamais poderia ser decidido por decreto. Seria, antes, assunto para uma discussão entre os interessados — os pais e o colégio. Mas, nesse momento, ninguém parece interessado em discutir a educação a sério.

Vestir nas escolas uma camisa-de-força é pretender uma sociedade sem rosto e sem qualidades. O pior, entretanto, é que, no país *sui generis* que é o Brasil, quer-se fazer a padronização utilizando a rede particular.

Como isso é uma contradição nos termos, também por esse lado se desestimula quem enxerga na educação o que ela realmente é: um caminho para o desenvolvimento da personalidade. Um setor oficial inepto e uma opinião pública desinformada ou desinteressada juntam-se para promover a liquidação do que havia de eficiente no ensino fundamental brasileiro. E o setor público que não cumpriu o seu papel é chamado a exercer o poder repressor contra os que, mal ou bem, ainda mantêm funcionando a educação básica. É o que se pode chamar de serviço contra o público. Conseguirá o próximo governo arrancar o país deste atoleiro por onde se esvaem as suas melhores possibilidades?